

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS**

**SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DA MÁQUINA PÚBLICA MARIANENSE
APÓS A PARALISAÇÃO DA SAMARCO EM 2015**

MARCY JOSAFÁ LEMOS JUNIOR

MARIANA-MG

2018

MARCY JOSAFÁ LEMOS JUNIOR

**SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DA MÁQUINA PÚBLICA MARIANENSE
APÓS A PARALISAÇÃO DA SAMARCO EM 2015**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Prof. Clarisse da Silva Vieira Camelo de Souza

MARIANA-MG

2018

L557s Lemos Junior, Marcy Josafá.
Sustentabilidade Econômica da Máquina Pública Marianense Após a
Paralisação da Samarco em 2015 [manuscrito] / Marcy Josafá Lemos Junior. -
2018.

30f.: il.: color; grafs. (1)

Orientadora: Prof^a. MSc^a. Clarisse da Silva Vieira Camelo de Souza.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de
Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Econômicas e
Gerenciais.

1. Desenvolvimento econômico - Mariana (MG) - Teses. 2. Mariana (MG) -
Teses. 3. Impostos - Teses. 4. Orçamento - Teses. 5. Prefeituras municipais -
Teses. I. Souza, Clarisse da Silva Vieira Camelo de. II. Universidade Federal
de Ouro Preto. III. Título.

Catálogo: ficha@sisbir.ufop.br (815.1)

FICHA DE APROVAÇÃO

MARCY JOSAFÁ LEMOS JÚNIOR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto ao Curso de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como requisito à obtenção do Título de Bacharel.

Orientadora: Profa. DSc. Clarisse da Silva Vieira Camelo de Souza

COMISSÃO EXAMINADORA



Professora DSc. Clarisse da Silva Vieira Camelo de Souza
Orientadora e Presidente da Banca



Professora DSc. Simone Aparecida Simões Rocha
Membro Avaliador



Especialista Itaiane de Paula
Membro Avaliador

Mariana, 11 de julho de 2018.

Dedico este trabalho ao meu avô Gercy Anselmo Lemos, que foi um grande marianense, e tinha orgulho de ser desta cidade. A educadora Maria da Conceição de Pinho Paulino, e as instituições Criança Feliz e Escola Dom Viçoso, por me proporcionar uma excelente educação e transmitir os valores essenciais para a formação de um aluno e pessoa. A Nicolina Regina de Castro, por todo o apoio e incentivo, e por ser mais que uma amiga em minha vida. E por fim a todos os marianenses, que tem orgulho de terem nascido e morar nesta cidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me ajudar a realizar todos os feitos até hoje.

Aos meus pais Marcy Josafá Lemos e Neusa da Silva Lemos, que sempre se fizeram presentes em minha vida e sem o apoio e carinho de vocês, este momento não seria concretizado.

A minha irmã Elisa, pelo apoio e dedicação.

A minha avó Maria e a tia Marta, por sempre acreditarem em mim e no meu potencial, e também pelo apoio incondicional.

A minha orientadora Clarisse pelo apoio, compreensão, paciência e por acreditar que no fim eu conseguiria. Sou grato pelo voto de confiança, se cheguei até aqui foi porque estive ao meu lado.

Agradeço a todos os professores e colaboradores da UFOP, pelos ensinamentos compartilhados para minha formação acadêmica.

Agradeço as professoras Simone e Itaiane que aceitaram participar da apresentação deste trabalho e pelas contribuições a versão final do mesmo.

Aos melhores e as melhores parceiras de trabalhos e seminários que tive neste curso: Elias, Guilherme, Zeca, Amanda, Camilla e Ihasmim.

Aos grandes amigos feitos neste curso e que vou levar pra toda a vida: Ana Carolina, Júlia, Priscila, Dany, Fabrícia, Filipe, Fabiano e Hugo.

A Prefeitura Municipal de Mariana por me conceder o cargo de estagiário.

Aos colegas de trabalho da Secretaria Municipal de Transportes e Estradas Vicinais, e em especial aos colegas Marco Antônio e Sudene, pelo apoio e ajuda no desenvolvimento deste trabalho.

A todos os que, direta ou indiretamente, colaboraram para que este trabalho se concretizasse, muito obrigado.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: IDH das Cidades Mineradoras	4
Gráfico 01: Série Histórica da População de Mariana	13
Gráfico 02: Arrecadação das Principais Receitas de Mariana	19
Gráfico 03: Comparação da Receita X Despesa	20
Gráfico 04: Comparação da Receita X Despesa Mensal	24
Quadro 01: Série Histórica do PIB, Agropecuária, Serviços, e Indústria de Mariana	12
Quadro 02: Despesas Fixas Mensais	22
Quadro 03: Despesa Fixa Variável	23

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFEM – Compensação Financeira pela Exploração Mineral

CI – Comunicação Interna

CIF – Comitê Interfederativo

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração

ICMS – Imposto de Circulação de Mercadorias de Serviços

IPI – Imposto Sobre Produtos Industrializados

ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

PIB – Produto Interno Bruto

TCU – Tribunal de Contas da União

RESUMO

O presente trabalho busca mostrar como o rompimento das Barragens da Samarco prejudicou o cenário socioeconômico da cidade de Mariana, e como o município vem conseguindo manter funcionando os serviços públicos apesar da queda da receita. Mariana é uma cidade conhecida por suas tradições, diversidade cultural e por suas belezas arquitetônicas, sendo um destino turístico importante. Apesar disso o que fomenta a economia da cidade é a atividade extrativista mineradora, que gera uma grande quantidade de receita oriunda de impostos ligados a esta atividade. Sendo assim o presente trabalho tem por objetivo analisar como a queda da receita vem prejudicando a cidade de Mariana, no que tange a manutenção dos seus serviços básicos, e quais soluções podem ser tomadas, para tentar solucionar este problema.

Palavras chave: Mariana, município, imposto, receita, prefeitura, lei.

ABSTRACT

The present work seeks to show how the of the rupture of the dam Samarco has damaged the socioeconomic scenario of the city of Mariana and how the municipality has been able to keep public services despite the drop in revenue. Mariana is a city known for its traditions, cultural diversity and its architectural beauties, being an tourist destination important. In spite of this, what foments the economy of the city is the extractive mining activity of the mining that generates a great amount of revenue coming from taxes linked to this activity. Therefore, the objective of this study is to analyze how the fall in revenues has been haming to the city of Mariana, in terms of the maintenance of its basic services, and what solutions can be taken to try to solve this problem.

Key words: Mariana, municipality, tax, revenue, prefecture, law.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 REVISÃO DA LITERATURA	2
2.1 A Mineração no Brasil, Suas Origens e Seu Importante Papel Socioeconômico	2
2.2 Minas Gerais: Do Ouro ao Minério de Ferro	6
2.3 Mariana a Primaz de Minas Gerais	10
2.4 Da Primaz ao Pós Lama	15
3 DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA	16
4 APRESENTAÇÃO E DISCUÇÃO DOS RESILTADOS	17
4.1 Cenário Socioeconômico da Cidade de Mariana	17
4.2 Planos e Medidas Para Contornar a Queda Nas Arrecadações Municipais	24
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
6 REFERÊNCIAS	28

1 INTRODUÇÃO

Mariana, primeira cidade do estado de Minas Gerais, primeira capital e vila elevada à condição de cidade, localizada na região central do estado, possui população estimada de 59.857 habitantes, segundo último censo do IBGE (2017). É famosa por suas tradições, por sua vasta história, pelas suas riquezas naturais, artísticas e arquitetônicas. Sendo assim ela é um dos destinos favoritos de turistas não só do estado de Minas Gerais, como do resto do Brasil e de todo o mundo.

Segundo o secretário de administração, Julio Cesar Vasconcelos mesmo sendo um destino importante, o turismo não contribui significativamente na economia da cidade, como por exemplo, na cidade de Ouro Preto. Sendo ela, em sua maioria, advinda das atividades extrativistas mineradoras. As principais empresas que exploram esta atividade na cidade de Mariana são a Samarco e a Vale, que ajudaram a fomentar a economia, trazendo outras empresas para o complexo minerador, ou seja, além dos empregos diretos que elas proporcionam, também geram empregos indiretos, nas suas empresas contratadas, fomentando assim o comércio local.

Segundo a Prefeitura Municipal de Mariana, além de impulsionar a economia gerando empregos diretos e indiretos, e aumentando o comércio local, as mineradoras também contribuem com importantes impostos, como a Compensação Financeira de Exploração Mineral (CFEM) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que geram valores importantes em receita para o município, ajudando assim a manter os serviços públicos.

Mas esta situação socioeconômica começa a mudar em 2015, com o rompimento da Barragem de Fundão, da empresa Samarco. Barragem esta que armazenava dejetos advindos da exploração mineral. Liberando milhões de m³ de lama, que invadiram cidades e distritos, causando destruição e mortes por onde passou, desde o distrito de Bento Rodrigues até o Estado do Espírito Santo, chegando ao Oceano Atlântico (SARAIVA, 2018).

A partir de dados levantados na Prefeitura de Mariana, percebe-se que com o desastre, a situação socioeconômica do município piorou cada vez mais. Pois, a Empresa Samarco paralisou suas operações, causando assim várias demissões, não somente dela, mas também de suas empresas contratadas. A queda das barragens também prejudicou em menor

escala a empresa Vale, que utilizava um pouco da infraestrutura de logística da Samarco em suas atividades.

Com a conseqüente paralisação da Samarco, o município deixa de arrecadar uma parcela importante dos impostos advindos das atividades mineradoras na cidade, deixando a Prefeitura em uma séria situação econômica, para manter sustentável, os serviços públicos.

Levando-se em conta o quanto as atividades extrativistas mineradoras são importantes para a Cidade de Mariana e região, e o impacto socioeconômico gerado pela paralisação da Samarco, não somente no setor privado, mas principalmente no setor público devido à queda na arrecadação municipal, pergunta-se: **como a máquina pública marianense vem se mantendo sustentável apesar da crise econômica advinda da paralisação da empresa Samarco em 2015?**

A partir disso o tema estudado não só é de relevância acadêmica, como também social e profissional, pois se trata de uma pesquisa que identificará como a prefeitura de Mariana está lidando com a queda na arrecadação, e quais são seus planos futuros para contornar este problema, melhorando assim a qualidade de vida da população no que se refere a qualidade dos serviços públicos prestados a população.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A Mineração no Brasil, Suas Origens e Seu Importante Papel Socioeconômico

Desde a descoberta do Brasil no ano de 1500, e durante todo o período colonial, diversos foram os meios explorados para a obtenção recursos para a coroa portuguesa, como o pau Brasil, a cana de açúcar, o tabaco, e a mão de obra escrava indígena, recursos estes que foram de grande valor a época. Mas o cenário econômico, populacional e geográfico brasileiro muda completamente com as primeiras descobertas de ouro entre os séculos XVII e XVIII, dando início assim a atividade mineradora no Brasil (BETHELL, 2012).

“A mineração no Brasil remonta à época colonial, quase dois séculos posteriores à chegada dos portugueses em território sul americano, mais precisamente no século XVII” (BARRETO, 2001). A mineração no Brasil então tem seu início no período colonial, a partir da descoberta do ouro, e de pedras preciosas, mais precisamente em Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e Bahia (LANA, 2015).

A descoberta do ouro foi de extrema importância para o desenvolvimento do Brasil, ainda então colônia de Portugal, não só economicamente, mas também geograficamente. Com

a intensa busca pelo ouro, várias rotas e novos caminhos foram sendo desbravados pelo interior do país, que era composto por grandes áreas montanhosas e grandes áreas de florestas, e grandes rios, sendo um imenso desafio para os exploradores da época, a partir daí sendo também descobertos outros metais preciosos como a prata, e pedras preciosas como o diamante. Onde antes a população se concentrava em cidades litorâneas como Salvador, Recife e Rio de Janeiro, a população começava a migrar para o interior onde se ouvisse relatos de descoberta de ouro, mais precisamente nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. As pessoas não só começavam a vir das áreas litorâneas do Brasil, como também de Portugal e outras partes da Europa, milhares de pessoas desembarcaram no Brasil em busca do ouro (BETHELL, 2012).

Minas Gerais se tornou um dos destinos prediletos para os exploradores, devido à grande quantidade de jazidas encontradas. Segundo Stumpf (2017), a população em Minas Gerais no auge da exploração do ouro, entre os anos de 1710 a 1776, cresceu 1000% chegando a trezentos e dezenove mil habitantes, representando 22,4% da população nacional em 1776 (STUMPF, 2017).

A partir daí, nota-se o quão importante foi à atividade mineradora para o desenvolvimento do Brasil entre os séculos XVII e XVIII, com a criação de rotas e estradas para o interior do país, descobrindo-se novas regiões, a criação cidades onde fossem encontradas jazidas minerais, o crescimento populacional do país, e o desenvolvimento econômico proporcionado pelo comércio do ouro e de pedras preciosas (BETHEL, 2012).

Séculos depois, a mineração ainda tem um papel socioeconômico importantíssimo no Brasil, não somente com o ouro, que deixou de ser o protagonista, mas agora com o minério de ferro, a bauxita, o nióbio, o cobre e outros tipos de metais, movimentando bilhões de reais anualmente, e gerando milhares de empregos em todo o país, voltando-se agora para as atividades industriais. “A mineração constitui uma indústria de base, ou seja, fornece as matérias-primas para a indústria de transformação produzir bens essenciais para o conforto, a saúde, a higiene e a segurança dos cidadãos” (IBRAM, 2012, p. 9).

O segundo ciclo mineral brasileiro se inicia após a segunda guerra mundial, em 1950 e 1960, com o foco na indústria, que começava a se desenvolver no país. Grandes minas e jazidas foram descobertas neste período culminado na criação de grandes empresas, com destaque para a exploração do petróleo e a criação da Petrobras, e, a exploração de minério de ferro pela empresa Vale do Rio Doce (BARRETO, 2001). A partir daí, o setor mineral

começou a se desenvolver cada vez mais, se tornando progressivamente mais importante na economia nacional.

A atividade mineradora além de fomentar a economia do país, também melhora a qualidade de vida da população das cidades e regiões onde a atividade é realizada. Isso pode ser identificado pelo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) nos municípios onde existe a atividade mineradora, onde o IDH dessas cidades tem bons índices, superiores até aos estados de onde fazem parte, ou seja, a atividade mineradora tem um importante papel socioeconômico no desenvolvimento de regiões e municípios (IBRAM, 2014).

Município	IDH município	IDH estado
Nova Lima (MG)	0.813	0.731
Parauapebas (PA)	0.715	0.646
Barro Alto (GO)	0.742	0.735
Ariquemes (RO)	0.702	0.690
Criciúma (SC)	0.788	0.774

Figura 1: IDH das cidades mineradoras

Fonte: IBRAM (2014)

Além do ouro, o Brasil é referência mundial na exploração e exportação de outros metais, só que estes agora cobiçados pelas indústrias, como o minério de ferro, o nióbio, manganês e bauxita (IBRAM, 2012).

O minério de ferro é o minério mais explorado no Brasil, compondo 63,30% da produção mineral no ano de 2012. Seguido pela exploração do ouro com 4,30%, cobre 3,65%, níquel 2%, bauxita 1,94%, fosfato 1,15%, carvão mineral 0,73%, manganês 0,60%, nióbio 0,52%, potássio 0,50%, amianto 0,43%, caulim 0,41%, grafita 0,20%, cromo 0,17%, zinco 0,10%, outros 20% (IBRAM, 2012). Nota-se que o minério de ferro é o mineral mais explorado, devido á grande quantidade de minas no país, as maiores em Minas Gerais e Pará, e devido o minério ferro ser muito utilizado na indústria, principalmente depois de ser transformado em aço pelas siderúrgicas.

Se comparado aos demais países líderes na exploração mineral como Rússia, Índia, China, EUA, Austrália e Canadá, o Brasil é líder ou fica bem colocado na produção e exportação dos minérios mais utilizados na indústria (IBRAM, 2014). Devido à grande produção e exportação, o Brasil vem fazendo cada vez mais investimentos no setor mineral. Isso pode ser visto na balança comercial brasileira onde a mineração tem uma porcentagem

relevante no saldo final (IBRAM, 2012). “O Brasil é um player global importante do setor, tanto que sua produção mineral é uma das maiores do mundo. A mineração é um dos pilares da sustentação econômica do Brasil” (IBRAM, 2014, p. 29).

Houve, segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM, 2012), no ano de 2008, um pico de crescimento e um investimento de US\$ 57 bilhões, que caiu nos anos seguintes, devido à crise mundial, mas crescendo consideravelmente os investimentos a partir do ano de 2010. Atingindo em 2012 um investimento recorde de US\$ 75 bilhões. Os crescentes investimentos na mineração vêm acarretando em bons resultados no saldo final da balança comercial, onde o setor mineral vem obtendo cada mais participação no saldo. No ano de 2006, o setor mineral exportava US\$ 11 bilhões e importava US\$ 4,490 bilhões, tendo um saldo positivo de US\$ 6,540 bilhões. No mesmo ano, o saldo Brasil correspondia US\$ 46 bilhões, ou seja, o setor mineral correspondia naquele ano a 14% do saldo final entre exportações e importações no Brasil (IBRAM, 2012).

No ano de 2009, um ano após o início da crise mundial, o setor mineral exportou US\$ 18,096 bilhões e importou US\$ 5,497 bilhões, tendo um saldo positivo naquele ano de US\$ 12,599 bilhões. Ainda em 2009, o saldo Brasil entre exportações e importações foi de US\$ 25 bilhões, sendo assim a mineração correspondia a aproximadamente 50% no saldo final da balança comercial brasileira. Em 2012, a participação da mineração no saldo final da balança comercial foi ainda maior. Neste ano o setor mineral exportou US\$ 38,689 bilhões e importou US\$ 9,139, tendo saldo final de US\$ 29,550 bilhões. O saldo Brasil naquele ano foi de US\$ 19,415 bilhões, sendo assim o setor mineral correspondia a 152% no saldo final da balança comercial em 2012 (IBRAM, 2012).

A partir dos dados levantados, nota-se que os investimentos no setor mineral surtiram efeitos positivos, sendo este setor cada vez mais relevante na economia nacional, obtendo cada vez mais participação no saldo final da balança comercial brasileira. Onde mesmo em um cenário de crise mundial, a mineração obteve bons índices produzindo e exportando cada vez mais. Além de tudo, o setor mineral é um importante gerador de empregos diretos e indiretos. Somente, a indústria extrativa mineral, que corresponde em menor parte em comparação aos fornecedores e a indústria de transformação, gerou 175.000 empregos diretos (IBRAM, 2012).

A mineração então como fator de desenvolvimento socioeconômico é de fundamental importância para o Brasil. Pois, além de proporcionar o crescimento econômico do país, proporciona o desenvolvimento das cidades e regiões onde existe a atividade. Melhorando a qualidade de vida da população, sendo também um importante gerador de empregos em diversas partes do Brasil (IBRAM, 2014).

2.2 Minas Gerais: Do Ouro ao Minério de Ferro

Como o seu próprio nome já diz, Minas Gerais é um estado rico no que se diz respeito aos tipos de minerais encontrados em seu território, sendo líder na produção de diversos minerais, sendo o minério de ferro o mais importante e o mais explorado (IBRAM, 2014).

Mas, não é de agora que o estado vem se destacando na produção e exploração mineral. Desde o período colonial, Minas Gerais era o estado mais importante na produção e exploração do ouro. Sendo assim, o destino favorito para exploradores de diversas partes do Brasil e da Europa. Sem dúvidas o ouro era o minério mais importante pelo seu valor comercial à época, mas a corrida para sua exploração permitiu a descoberta de outros recursos minerais, como diamantes, prata, ferro, cobre e chumbo (BETHELL, 2012). A então Capitania de Minas Gerais se dividia em comarcas, cada uma com suas características e importância, sendo elas Vila Rica, Rio das Mortes e Serro Frio as mais relevantes (STUMPF, 2017), sendo Vila Rica a comarca com mais prestígio devido à grande exploração de ouro na sua região se tornando um grande centro populacional na época.

Nota-se que desde o período colonial a mineração é de extrema importância para o estado mineiro. Onde antes nos séculos XVII e XVIII a capitania de Minas Gerais se destacava na produção e exploração do ouro, anos depois na segunda metade do século XX e século XXI o estado de Minas Gerais se destaca na produção e exploração do minério de ferro (NUNES, COSTA & SILVA, 2012). Minério este que é muito importante para setor industrial, movimentando assim bilhões de reais todos os anos. O estado também se destaca na produção de outros minérios como o ouro, zinco, fosfato e nióbio, sendo estes o estado de Minas Gerais o maior produtor (IBRAM, 2012).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM, 2014), Minas Gerais é o mais importante estado minerador do país; extrai mais de 160 milhões de toneladas/ano de minério de ferro; é responsável por aproximadamente 53% da produção brasileira de minerais metálicos e 29% de minérios em geral; as reservas minerais de nióbio são para mais de 400

anos, existindo somente três minas em todo o mundo; a atividade de mineração está presente em 250 municípios mineiros; dos dez maiores municípios mineradores, sete estão em Minas, sendo Itabira o maior do país.

Minas Gerais em si é um grande produtor mineral. Mas, existe uma região no estado que se destaca ainda mais na exploração do mesmo, o Quadrilátero Ferrífero. O Quadrilátero Ferrífero situa-se no centro sul de Minas Gerais e abrange uma área de aproximadamente 7000 Km², possuindo grandes serras que chegam aos 2000 metros de altitude, como, por exemplo, a Serra do Caraça (NUNES, COSTA & SILVA, 2012).

Segundo dados do IBGE (2010), o Quadrilátero ferrífero engloba 35 municípios, com uma população total estimada de 4.135.951 pessoas, sendo os municípios: Barão de Cocais, Belo Horizonte, Belo Vale, Betim, Brumadinho, Caeté, Catas Altas, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Ibirité, Igarapé, Itabira, Itabirito, Itatiaiaçu, Itaúna, Jaceaba, João Monlevade, Mariana, Mário Campos, Mateus Leme, Moeda, Nova Lima, Ouro Branco, Ouro Preto, Raposos, Rio Acima, Rio Manso, Rio Piraciaba, Sabará, Santa Bárbara, Santa Luzia, São Gonçalo do Rio Abaixo, São Joaquim de Bicas e Sarzedo (NUNES, COSTA & SILVA, 2012).

Além do Quadrilátero Ferrífero existem outras regiões importantes no estado de onde se extraem outros tipos de minerais, como a cidade de Araxá na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, com a produção do nióbio, que é um mineral extremamente raro, sendo a cidade a maior produtora deste minério no mundo (IBRAM, 2014).

No sul e sudoeste de minas com a produção de alumínio, granito, quartzito. Zona da mata com a produção de alumínio, granito e caulim. Vale do Rio Doce com a produção de granito, feldspato, mica, quartzo e caulim. Vale do Jequitinhonha com a produção de ouro, diamante e quartzito. E Noroeste do estado com a produção de ouro, zinco, chumbo e calcário. Restringindo mais a produção de ferro as regiões do quadrilátero ferrífero (IBRAM, 2014).

A indústria extrativa mineral corresponde em 8% sobre as atividades econômicas em Minas Gerais, perdendo somente para a indústria de transformação com 15%, sendo a segunda maior atividade industrial do estado. Em questão de representatividade, a indústria extrativa mineral só perde para os estados do Pará e Espírito Santo, muito se devendo ao fato de que, nesses estados o parque industrial não é tão diversificado (IBRAM, 2016).

No que se refere à geração de empregos, a indústria extrativa mineral é uma das mais importantes do Brasil e do estado de Minas Gerais. Tendo um valor de representatividade tão

grande no estado, o setor mineral além de fomentar a economia mineira, aloca milhares de pessoas nas mais diversas empresas produtoras, sendo muitas dessas empresas as mais importantes do país. Segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM, 2017), as maiores empresas produtoras minerais, tomando o ano de 2014 como referência, em valor de produção comercializada são: Vale S. A., Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Kincross Brasil Mineração S. A., AngloGold, Samarco Mineração S. A., Minerações Brasileiras Reunidas S. A., Mineração Usiminas S. A., Gerdau Açominas S. A., etc.

As maiores empresas são as exploradoras do minério de ferro e são as que aparecem em maior número nas primeiras colocações, como a gigante nacional Vale S. A. Existem ainda diversas outras empresas no estado que atuam no setor mineral, ajudando e fomentando a economia do estadual e gerando grande quantidade de empregos. Empresas essas que são classificadas como micro, pequenas, médias e grandes empresas, variação esta que ocorre devido á quantidade de pessoal ocupado (DNPM, 2017).

As empresas classificadas como grandes como a Vale, CSN e Samarco correspondem somente a 0,4% do total setor, mas são as que mais geram empregos tendo 50,5% do pessoal ocupado e sendo responsável por 69,5% das remunerações. Mas todas as empresas sendo elas micro, pequenas médias ou grandes, têm sua importância socioeconômica (IBRAM, 2016). Quando comparado ao setor industrial em Minas Gerais, levando em conta o pessoal ocupado, todas essas empresas que atuam na mineração ajudam a ocupar 4,4% do setor industrial do estado, o que corresponde a aproximadamente 60.600 pessoas empregadas no setor extrativista mineral, ou seja, gera-se uma grande quantidade de empregos com esta atividade, sendo muito importante para a população mineira (IBRAM, 2016).

As atividades extrativistas mineradoras além de contribuir com a geração de empregos, também contribuem com um imposto importante para as cidades onde acontece esta atividade. Este imposto é o CFEM ou Compensação Financeira Pela Exploração de Recursos Minerais, que não é nada mais do que um royalty da mineração. Este imposto é muito importante para as cidades mineradoras, pois ajuda a melhorar á arrecadação municipal das mesmas, podendo melhorar a qualidade de vida da população, investindo em saúde, educação e segurança. Segundo o IBRAM (2014), Minas Gerais ocupou o primeiro lugar em arrecadação da CFEM nos anos de 2011, 2012 e 2013.

No ano de 2011, Minas Gerais arrecadou R\$ 788,8 milhões, enquanto o Brasil arrecadou R\$ 1,544 bilhões, ou seja, em 2011 somente Minas Gerais arrecadou 51,07% da CFEM de todo o país. Em 2012, Minas Gerais arrecadou R\$ 974,5 milhões, enquanto o Brasil arrecadou R\$ 1,832 bilhões, Minas Gerais arrecadou 53,18% da CFEM de todo o país em 2012. Em 2013, Minas Gerais arrecadou R\$ 1,204 bilhões, enquanto o Brasil arrecadou R\$ 2,273 bilhões, Minas Gerais arrecadou 50,74% da CFEM de todo o país (IBRAM, 2014). Isso muito se deve a quantidade de municípios, empresas e regiões no estado, que existem ou atuam nas atividades extrativistas minerais.

As maiores arrecadações da CFEM no estado de Minas Gerais são oriundas dos municípios que fazem parte do quadrilátero ferrífero, como Nova Lima, Itabira, Mariana, São Gonçalo do Rio Abaixo, Itabirito, Brumadinho, Congonhas, Ouro Preto, Barão de Cocais e Santa Bárbara, onde estão concentradas as grandes minas e as grandes empresas, que na maioria delas exploram o minério de ferro, minério este que impulsiona a economia do setor extrativista no estado (IBRAM, 2014).

A cidade de Mariana, que é o centro de discussão do artigo, apareceu em 2013 (dois anos antes da queda da barragem de fundão e a consequente paralisação da empresa Samarco), como a terceira maior arrecadação do imposto no estado. Arrecadando R\$ 140 milhões, uma quantia considerável considerando o tamanho do município e sua população demográfica. Sendo este imposto muito importante para o município, para a manutenção da qualidade dos serviços públicos (IBRAM, 2014).

Fica claro então, como as atividades extrativistas mineradoras foram e são importantes até hoje para o desenvolvimento socioeconômico tanto do Brasil como para o estado de Minas Gerais (IBRAM, 2014).

Se a mineração é tão importante assim para o Brasil e ainda mais importante para o estado de Minas Gerais, o que dirá para uma cidade que faz parte do quadrilátero ferrífero, que compõem as cidades produtoras do minério de ferro, no qual é extremamente dependente da atividade mineradora, tanto economicamente como para a geração de empregos.

Segundo o Júlio Cesar Vasconcelos, secretário de administração e desenvolvimento de Mariana, É o que acontece com o município, que apesar de ser uma cidade histórica, rica no que se refere às artes, literatura, arquitetura e tradições, sua principal fonte de renda são advindas da exploração do minério de ferro, que geram muito mais renda e empregos do que o

turismo, por exemplo, que deveria ser tão explorado economicamente como na cidade de Ouro Preto. E tem visto nos últimos anos, uma crise, devido paralisação de uma das maiores empresas extrativistas minerais do Brasil e que atua na cidade, devido um acidente com suas barragens de rejeitos.

2.3 Mariana a Primaz de Minas Gerais

Conhecida por suas tradições e por sua arquitetura em estilo barroco, Mariana é uma das cidades mais importantes do Brasil no que diz respeito à cultura, religião e história do nosso país. Cravada entre as montanhas e situada na zona da mata no estado de Minas Gerais, foi fundada em 16 de julho de 1696, quando bandeirantes paulistas encontraram ouro em um rio batizado de Ribeirão Nossa Senhora do Carmo, sendo a primeira vila, cidade e capital do estado (IBGE, 2018).

Era 1696. E naquele dia crepitava em Mariana a chama de brasilidade que ardia no peito de intrépidos bandeirantes do desbravamento, transformando-se, em termos de trabalho, no primeiro acampamento – verdadeiro embrião de sociedade ativa e operosa – às margens de curso d’água a que deram o nome de Ribeirão do Carmo, extensivo à localidade, com o intuito de explorar as potencialidades de apreciáveis reservas auríferas (CAMÊLLO, 1991, p.15).

Primeiramente denominada Vila de Albuquerque e depois de Leal Vila de Ribeirão do Carmo, somente em 23 de abril de 1745, em virtude da Carta Régia de Dom João V, a então Vila passa a condição de Cidade com o nome de Mariana em homenagem à Rainha de Portugal, Maria Ana d’Áustria (CAMÊLLO, 1991).

Desde sua criação, Mariana teve um papel importantíssimo no período colonial brasileiro, com a exploração do ouro, junto às cidades de Ouro Preto, Sabará e Tiradentes. Ouro este de aluvião descoberto pelos bandeirantes no então batizado Ribeirão do Carmo. Mais tarde também seria explorado ouro na mina da passagem, hoje desativada, mas um importante ponto turístico para a cidade (CAMÊLLO, 1991).

Devido então, sua importância no período colonial, e as riquezas advindas da exploração do ouro, Mariana se destaca pelas suas belezas arquitetônicas em estilo barroco, com imponentes igrejas e casarões históricos além de belíssimas praças. Seus templos religiosos guardam obras dos mais importantes artistas do período colonial como Manoel da

Costa Ataíde e Antônio Francisco Lisboa. Além da riqueza do ouro presente em seus altares e nas imagens bíblicas (GRACIANO JÚNIOR, 2007).

Além da arquitetura, a cidade também é famosa por sua vasta natureza, onde o ecoturismo é uma atividade bastante presente. Destaca-se por suas belíssimas cachoeiras, serras e picos, como o parque do Itacolomi.

Por ser uma cidade histórica suas festas tradicionais são famosas, atraindo turistas todos os anos. Dentre elas temos o Carnaval, a Semana Santa, Corpus Christi, Festa do Divino, Festa de São Roque, Festival de Inverno, sendo as mais importantes.

Com tudo isso, Mariana pode ser considerada uma das cidades históricas mais importantes do estado e do país. A cidade hoje, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017) tem uma população estimada de 59.857 habitantes, com uma área de 1.194,2018 Km², um PIB per capita de R\$ 52.705,53 sendo o 204º no país, e o 19º colocado no estado de Minas Gerais. Seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é de 0,742 sendo assim classificado como alto. A cidade é composta pelos distritos e sub distritos: Águas Claras, Bandeirantes, Barro Branco, Barroca, Bento Rodrigues, Bicas, Cachoeira do Brumado, Caldereiros, Camargos, Campinas, Campo Grande de Vila Rica, Cana do Reino, Castro, Cláudio Manuel, Constatino, Cuiabá, Engenho, Furquim, Goiabeira, Liberdade, Magalhães, Mainart, Margarida, Monsenhor Horta, Padre Viegas, Palmital, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Paraíso, Passagem de Mariana, Pedras, Ponte do Gama, Santa Rita Durão, Serra, Serra do Carmo e Vargem (IBGE, 2018).

Sendo Mariana uma cidade histórica, com vastas belezas naturais e arquitetônicas, além de suas várias festas culturais, o município atrai muitos turistas. Mesmo assim, o turismo não contribui significativamente na economia da cidade, como em outras cidades históricas, como por exemplo, Ouro Preto que atrai uma quantidade muito maior de visitantes, sendo a atividade turística mais relevante na sua economia, movimentando mais dinheiro em hotéis, pousadas, restaurantes e museus. Assim, a cidade de Mariana depende mais de suas atividades na agropecuária, serviços, e principalmente a indústria extrativa mineral. Segue abaixo, as séries históricas da cidade de Mariana, segundo dados do IBGE (2017), do PIB, agropecuária, serviços e indústria:

SÉRIE HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE MARIANA				
ANO	PIB	AGROPECUÁRIA	SERVIÇOS	INDÚSTRIA
	R\$ X 1000	R\$ X 1000	R\$ X 1000	R\$ X 1000
2010	3.690.161	10.648	803.860	2.586.120
2011	5.721.537	10.447	1.210.494	4.194.096
2012	5.390.622	12.195	1.243.591	3.767.016
2013	6.613.176	19.414	1.508.135	4.654.821
2014	5.008.449,30	22.932,82	1.214.318,35	3.427.541,26
2015	3.099.190,66	18.533,85	888.057,19	1.854.063,18

Quadro 1: Série Histórica do PIB, Agropecuária, Serviços e Indústria da Cidade de Mariana MG

Fonte: Dados de pesquisa IBGE (2018)

A partir dos dados históricos, nota-se que a atividade industrial, mais precisamente a atividade industrial extrativista mineradora, pois não existem outras indústrias na região, é de grande importância para o município de Mariana. Se somados os valores da agropecuária, serviços e indústria no ano de 2013, ano este no qual foram obtidos os maiores valores, o setor industrial correspondeu a 75,30%, ou seja, o setor extrativista mineral é de suma importância para município.

Mariana, assim como o estado de Minas Gerais, que no período colonial nos séculos XVII e XVIII tinham sua economia e principal fonte de renda na exploração do ouro, séculos depois, tem sua economia ainda voltada para a exploração mineral. Mas agora sendo o minério de ferro o mais explorado. Assim como em outros centros coloniais como, por exemplo, Vila Rica, a cidade de Mariana obteve um aumento populacional devido à febre do ouro, chegando a se tornar a primeira capital do estado. Mas devido à decadência da exploração do ouro no século XIX, grande parte da população se retira para outros centros urbanos ou para as zonas rurais da cidade (GRACIANO JÚNIOR, 2007).

Apesar dos esforços para trazer de volta à vida o que restou do grande centro urbano mineiro no século XVIII, Mariana continuava nessa época (finais do século XIX e início do século XX), apenas com parcas estrebarias, a estrada de ferro e com a mineradora, Ouro Preto Gold Mines of Brazil, instalada no distrito de Passagem de Mariana. Nesse período, através de um convênio firmado em 1918 com essa companhia, é instalada a luz elétrica no município. Assim todos os ventos parecem soprar para o progresso (GRACIANO JÚNIOR, 2007, p. 153).

A cidade que foi o berço da política, da história, religião e civilização mineira, caía cada vez mais no esquecimento, devido o esvair de sua população. Cenário este que começa a

mudar com um outro ciclo mineral, mas agora este com o minério de ferro (GRACIANO JÚNIOR, 2007).

Na segunda metade do século XX, são encontradas grandes jazidas de minério de ferro na região da então pacata cidade de Mariana. Com isso, a partir da década de 1960 grandes mineradoras são atraídas para a região para explorar as então descobertas jazidas férreas. A primeira empresa a se fixar no município foi a S.A. Mineração Trindade, mais conhecida como Samitri no ano de 1965. A notícia das grandes possibilidades de exploração do minério de ferro e os “incentivos fiscais oferecidos pelo ímpeto desenvolvimentista ditatorial” (GRACIANO JÚNIOR, 2007, p. 156), atraíram mais duas grandes empresas mineradoras para a cidade, a Samarco Mineradora S.A. no ano de 1977, e a companhia Vale do Rio Doce no ano de 1979 (GRACIANO JÚNIOR, 2007).

A chegada das mineradoras mudou completamente, a cidade de Mariana. Cidade esta que décadas antes do início da exploração mineral, convivia com a calma e a maioria de sua população vivendo nas zonas rurais, e a partir da chegada das empresas extrativistas este cenário começa a mudar drasticamente, com a chegada de um grande volume de operários, e pessoas vindas de outras cidades e das zonas rurais em busca de novas oportunidades, com os empregos oferecidos por essas empresas. Segue abaixo a série histórica da população marianense após a chegada das mineradoras na década de 1960 segundo dados do IBGE:

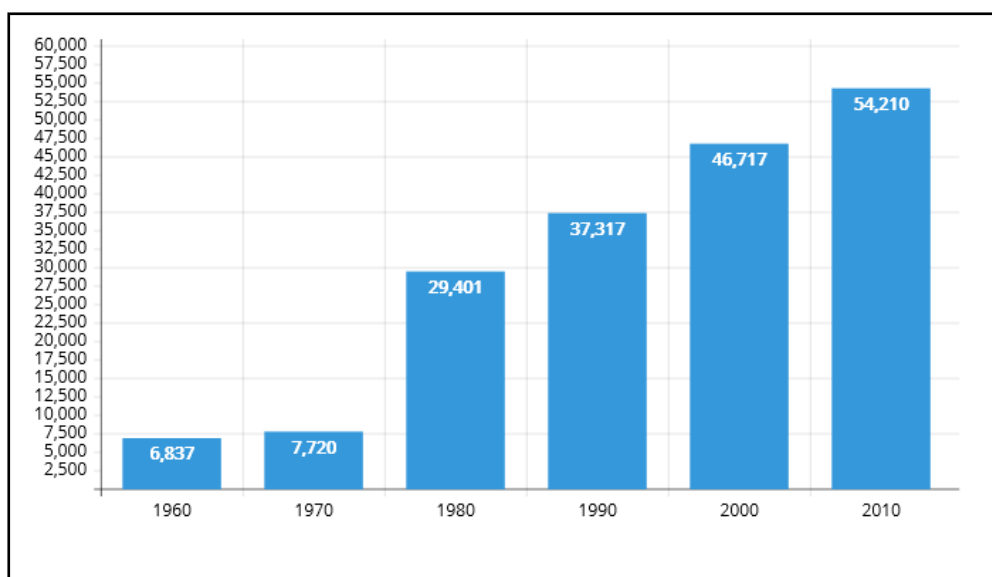


Gráfico 1: Série Histórica da População de Mariana 1960 – 2010

Fonte: Dados de Pesquisa, IBGE (2018)

No início da década de 1960, a cidade de Mariana contava com uma população de 6.837 habitantes. Logo após a chegada da primeira mineradora, S.A. Mineração Trindade em 1965, já nota-se um aumento populacional no início da década de 1970, chegando aos 7.720 habitantes, crescendo 12,91%. A população cresce ainda mais com a chegada Samarco, em 1977 e a Vale do Rio Doce, em 1979, agora sim atraindo um contingente muito maior de operários e pessoas vindas de diversos lugares em busca de oportunidades. A população marianense que era de 7.720 habitantes no início da década de 1970, salta para 29.401 habitantes no início da década de 1980, ou seja, um aumento de 280% do contingente populacional. Na década seguinte, a população continua crescendo, dos 29.401 habitantes em 1980, passa para 37.317 pessoas em 1990, um crescimento de 26,92%. Até chegarmos aos anos dois mil com uma população de 46.717 habitantes, aumentado a população em 25,18%.

As atividades extrativistas mineradoras na cidade de Mariana proporcionaram um grande aumento populacional para o município, como acontecido no período colonial com a exploração do ouro. E como no período colonial, as atividades mineradoras, na segunda metade do século XX, proporcionaram o desenvolvimento econômico para a cidade de Mariana, e principalmente proporcionaram a seus moradores a esperança de que a cidade se tornasse novamente importante no cenário estadual e nacional (GRACIANO JÚNIOR, 2007).

Desde o seu início na década de 1960, até os dias de hoje, a mineração ainda tem um papel importantíssimo na cidade de Mariana. As atividades extrativistas minerais ainda são à atividade econômica mais importante do município (GRACIANO JÚNIOR, 2007). Segundo a Prefeitura Municipal de Mariana, hoje, Vale e Samarco são as empresas que fomentam a economia e o comércio local gerando ainda milhares de empregos diretos e indiretos para a população da cidade.

Ainda segundo a Prefeitura de Mariana, as empresas ainda contribuem com importantes impostos para a cidade como o ICMS, o CFEM, o ISSQN e o FPM, que são extremamente importantes na arrecadação municipal, ajudando a manter os serviços públicos funcionando com qualidade.

A partir disso, nota-se que tanto a Samarco quanto a Vale, são de extrema importância para o município. Sendo a eliminação ou ausência de alguma delas extremamente prejudicial para o cenário socioeconômico da cidade, hoje dependente das atividades extrativistas minerais.

Este cenário acontece a partir do final do ano de 2015, com queda da Barragem de Fundão pertencente á empresa Samarco. Desde então, suas atividades estão paralisadas, fazendo com que o município de Mariana enfrente sérias dificuldades econômicas.

2.4 Da Primaz ao Pós-Lama

À tarde, do dia cinco de novembro de dois mil e quinze, estará marcada para sempre na memória dos marianenses. Neste dia, a Barragem de Fundão, pertencente á empresa Samarco se rompeu, liberando cerca de 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos da mineração (VEJA, 2015), causando destruição por onde passou. “Os poluentes ultrapassaram a Barragem de Santarém, percorrendo 55 Km no rio Gualaxo do Norte até o rio do Carmo, e outros 22 Km até o rio Doce” (IBAMA, 2016), chegando até ao seu delta no estado do Espírito Santo, desaguando assim no mar.

A Samarco S. A. então controlada por Vale S. A. e pela anglo-australiana BHP Billiton, possuía três barragens de rejeitos advindos do complexo minerador de Germano: a Barragem de Germano (já inativa), a de Fundão e a de Santarém. A Barragem de Fundão era a mais nova das três barragens, inaugurada no ano de 2008, com capacidade de 55 milhões de metros cúbicos de rejeitos (SAMARCO, 2018). Mesmo sendo relativamente nova, a barragem de Fundão já operava no limite de sua capacidade, necessitando assim de obras de reparos e ampliação (SARAIVA, 2018). E, justamente no período em que passava por reformas, a Barragem de Fundão se rompeu, passando ainda seus rejeitos por cima de outra barragem, a de Santarém, aumentando ainda mais o mar de lama liberado.

A lama de rejeitos afetou seriamente distritos e cidades, como por exemplo, Bento Rodrigues, um distrito da cidade de Mariana, que foi o mais afetado, por ser o local mais próximo das barragens e do complexo minerador da Samarco. Bento Rodrigues foi completamente destruído pelo mar de lama, o tornando assim inabitável até os dias de hoje. A lama de rejeitos também afetou as regiões de Águas Claras, Ponte do Gama, Paracatu, Pedras e as cidades de Barra Longa e Rio Doce (SARAIVA, 2018).

“O rompimento foi responsável pela morte de dezenove pessoas, dentre elas, trabalhadores da mineradora e moradores das regiões afetadas e mais de 1.200 pessoas desabrigadas” (SARAIVA, 2018, p.75). Além das mortes e de deixar milhares de pessoas desabrigadas, o desastre ainda causou a contaminação do solo e vários rios, dentre eles o rio doce, causando a mortalidade de sua fauna, prejudicando o abastecimento de água em várias

idades, e a atividade pesqueira que sustentava diversas famílias. Parte dos rejeitos também chegou ao Oceano Atlântico e na foz do rio Doce assim também contaminando a vida aquática e marinha (SARAIVA, 2018).

Diante do ocorrido, à empresa Samarco e suas controladoras, Vale e BHP, sofreram denúncias por crimes ambientais pelo Ministério Público Federal e pela Procuradoria da República nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo (SARAIVA, 2018).

Desde o ocorrido a Samarco paralisou suas operações, acarretando assim na demissão de milhares de funcionários diretos e indiretos, aumentando ainda mais o número de desempregados na cidade de Mariana. Segundo a Prefeitura Municipal de Mariana, o desastre ainda prejudicou em menor escala a empresa Vale, que teve sua exploração mineral na cidade reduzida em torno de 60%, pois a mesma utilizava de infraestrutura de logística de minério da Samarco. Porém, esta logística foi também comprometida por motivo de rompimento da barragem, acarretando também em um corte de pessoal.

O comércio local também sentiu os danos do desastre, com a diminuição de suas vendas, não só por parte da população, mas também pelas mineradoras que ajudaram a fomentá-lo.

Segundo dados apurados na Prefeitura de Mariana, além de tudo, com a paralisação da Samarco e parte da produtividade da empresa Vale comprometidas, o município deixa de arrecadar uma parcela importante de impostos como CFEM, ICMS, ISSQN, e FPM, isso deixou a máquina pública marianense em sérias dificuldades financeiras, tendo problemas para manter as contas públicas em dia, além de manter os serviços públicos básicos funcionando com qualidade, muitas vezes acarretando na demissão de servidores públicos, numa tentativa de equilibrar as despesas públicas. O que aumentou o número de desempregados na cidade.

3 DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA

“A metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador” (MINAYO, 2009, p. 16). A metodologia também pode ser classificada segundo Rodrigues (2007, p. 2) como “um conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados

pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objetiva do conhecimento, de uma maneira sistemática.”

Por este trabalho envolver dados de âmbito municipal, devem ser realizadas pesquisas exploratórias, de maneira que possa haver maior familiaridade com o problema (RODRIGUES, 2007). Realização de pesquisa qualitativa, descritiva, documental, por meio de análise de conteúdo, de onde serão descritos fatos, fenômenos e informações sobre problema (GODOY, 1995). Pesquisa explicativa onde serão identificados os fatores que determinaram ou determinam os acontecimentos (GERHARDT & SILVEIRA, 2009).

Os dados coletados se deram entre dois anos anteriores, e dois anos posteriores a queda da Barragem de Fundão, e a conseqüente paralisação da Samarco, entre os anos de 2013 e 2017, referentes aos dados econômicos da Prefeitura Municipal de Mariana.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 Cenário Socioeconômico da Cidade de Mariana

“A administração pública envolve todo o aparato administrativo com que nações, estados e municípios se moldam para cuidar do interesse coletivo e entregar à população uma ampla variedade de serviços públicos capazes de melhorar a qualidade de vida em geral” (CHIAVENATO, 2006, p.110).

Segundo Heilio Kohama (2010, p. 60), a “administração pública é todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas”. Este é o atual desafio para a Cidade de Mariana. Manter os serviços públicos funcionando e com qualidade, mesmo com a queda da receita pública, devido à paralisação da Samarco. De acordo com Heilio Kohama:

“Entende-se, genericamente, por receita pública todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos, quer seja efetivado através de numerário ou outros bens representativos de valores – que o governo tem o direito de arrecadar em virtude de leis, contratos ou quaisquer outros títulos de que derivem direitos a favor do estado, quer seja oriundo de alguma finalidade específica, cuja arrecadação lhe pertença ou caso figure como depositário dos valores que não lhe pertencerem” (KOHAMA, 2010, p. 60).

A partir disso, deve-se fazer uma classificação econômica das receitas. A Lei Federal nº 4.320/64, a respeito da receita orçamentária diz: “A receita classificar-se-á nas seguintes

categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital” (KOHAMA, 2010, p. 60). A receita corrente é a mais importante para o município de Mariana e para os demais, pois ela engloba as receitas tributárias, receitas de contribuições, receita patrimonial, receita agropecuária, receita industrial, receita de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes. Segundo a Prefeitura Municipal de Mariana as principais receitas da cidade são oriundas do: ICMS, CFEM, ISS e FPM, que contribuem com mais de 83% do valor arrecadado.

O ICMS está previsto no art. 155, II da CF/88, e na lei complementar 87/96. Como o próprio nome já diz o ICMS é um imposto que incide sobre qualquer circulação de mercadorias e prestação de serviços, sendo sua base de cálculo o valor referente a estas operações. O ICMS é um imposto estadual e do Distrito federal sendo sua alíquota definida pelos mesmos (LUKIC, 2012). O Estado arrecada este imposto, e posteriormente repassa uma parcela aos municípios, conforme sua participação no mesmo nos dois exercícios anteriores.

O CFEM é um imposto que está relacionado à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. É nada mais que um royalty resultante da exploração mineral com fins lucrativos, pago mensalmente conforme o valor obtido pela renda da exploração (FERREIRA, 2013). O CFEM é regulado pela lei nº 7.990/89, no qual em seu art. 6º diz:

A compensação financeira pela exploração dos recursos minerais, para fins de aproveitamento econômico, será de até 3% (três por cento) sobre o valor do faturamento líquido resultante da venda do produto mineral, obtido após a última etapa do processo de beneficiamento adotado e antes de sua transformação industrial.

O repasse do valor do CFEM a ser distribuído à união, o estado e aos municípios está presente art. 13 do Decreto 01/91, no qual estabelece que 23% sejam repassados ao Estado e ao Distrito Federal, 65% para o município, e 12% ao Departamento nacional da Produção Mineral (FERREIRA, 2013).

O ISS é um Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza. O ISS está previsto na Lei Complementar nº 116/03, onde o seu fato gerador é a prestação de serviços tanto por empresas quanto por profissionais autônomos, e a alíquota máxima a ser cobrada pelos municípios é de 5%, onde vale destacar que o ISS não pode ser tributado onde o mesmo já tenha sido incidido pelo ICMS (LUKIC, 2014).

O FPM é o Fundo de Participação dos Municípios. Está prescrito no art. 159 da CF/88, no qual ela estabelece que o valor a ser repassado aos municípios é arrecadado a partir do Imposto de renda (22,5%) e sobre o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Os valores a serem repassados são determinados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no qual levam em consideração para o repasse aos municípios o tamanho da população e a sua renda per capita (CUPERTINO; FARONI, 2012).

Estas quatro receitas são de extrema importância para a cidade de Mariana, como explicitado anteriormente representam mais de 80% do volume arrecadado pelo município. A partir disso, pode-se fazer um levantamento do quanto a receita municipal provenientes destes impostos caiu após a paralisação das atividades da Samarco.

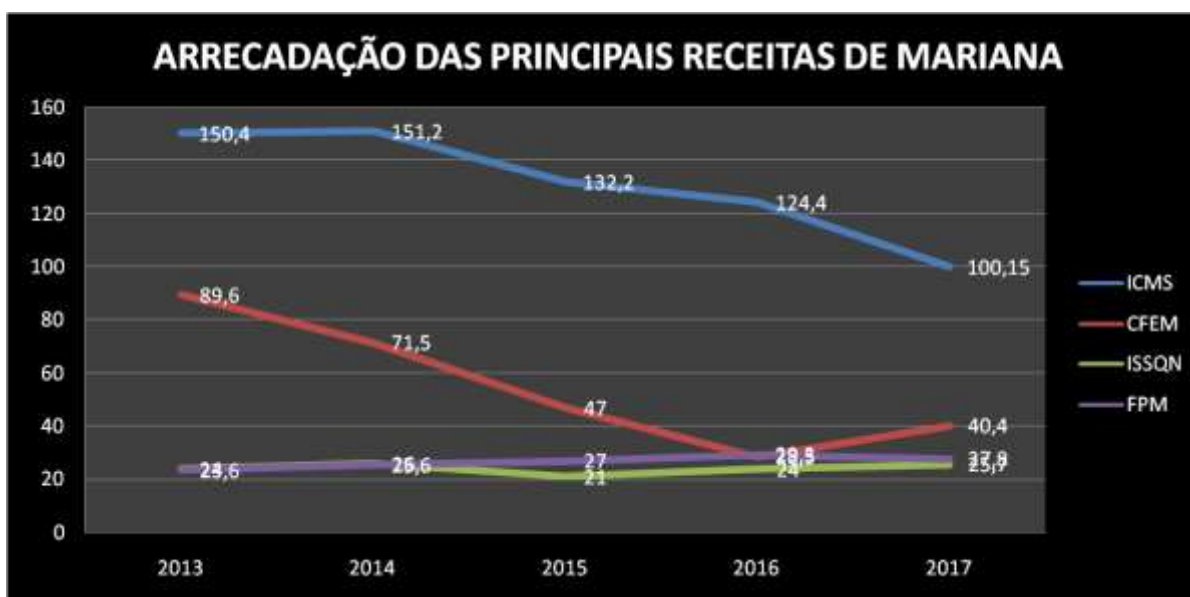


Gráfico 2: Arrecadação das Principais Receitas de Mariana de 2013 – 2017 (em milhões)

Fonte: Dados de Pesquisa, Prefeitura Municipal de Mariana (2018)

Segundo a Prefeitura Municipal de Mariana, junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, e em consultas ao portal de transparência do município, no ano de 2013 os valores arrecadados com ICMS giraram na casa dos R\$ 150,4 milhões, CFEM contribuiu com R\$ 89,6 milhões, ISS com R\$ 24 milhões, e o FPM com R\$ 23,6 milhões, totalizando somente estes quatro impostos um valor arrecadado de R\$ 287,6 milhões. No ano de 2014, um ano antes da queda da barragem de Fundão, foram arrecadados com, ICMS R\$ 151,2 milhões, CFEM R\$ 71,5 milhões, ISS R\$ 26 milhões, e FPM R\$ 25,5 milhões, totalizando um valor de R\$ 274,2 milhões arrecadados. No ano de 2015, onde aconteceu a tragédia, foram arrecadados com ICMS R\$ 132,2 milhões, CFEM R\$ 47 milhões, ISS R\$ 21

milhões, e FPM R\$ 27 milhões, totalizando um valor de R\$ 227,2 milhões arrecadados. No ano de 2016, foram arrecadados com ICMS R\$ 124,4 milhões, CFEM R\$ 28,5 milhões, ISS R\$ 24 milhões, e FPM R\$ 29,3 milhões, totalizando um valor de R\$ 206,2 milhões arrecadados. Em 2017, foram arrecadados com ICMS R\$ 100,15 milhões, CFEM R\$ 40,4 milhões, ISS R\$ 25,7 milhões, e FPM R\$ 27,8 milhões, totalizando um valor arrecadado de R\$ 194,5 milhões.

A partir dos dados, nota-se uma queda nos valores arrecadados a partir do ano de 2014, não somente pela queda da Barragem de Fundão, mas também pela crise econômica vivida no Brasil e também pela crise envolvendo o mercado de minério de ferro com a queda no seu preço. Saiu-se de um valor arrecadado em 2013 de R\$ 287,6 milhões, para um valor de R\$ 194,5 milhões em 2017, ou seja, houve uma queda de aproximadamente 32% na arrecadação proveniente destes impostos. O imposto que sofreu a maior queda foi o CFEM, devido à inatividade da Samarco junto à queda na produção da Vale e a crise no preço do minério. Onde, em 2013, arrecadou-se R\$ 89,6 milhões, no ano de 2017 o valor foi de R\$ 40,4 milhões, ou seja, uma queda de aproximadamente 55% no valor arrecadado. Somando-se os valores arrecadados com ICMS, CFEM, ISS e FPM, às outras fontes de arrecadação do município de Mariana, temos a evolução da arrecadação anual entre 2013 e 2017.

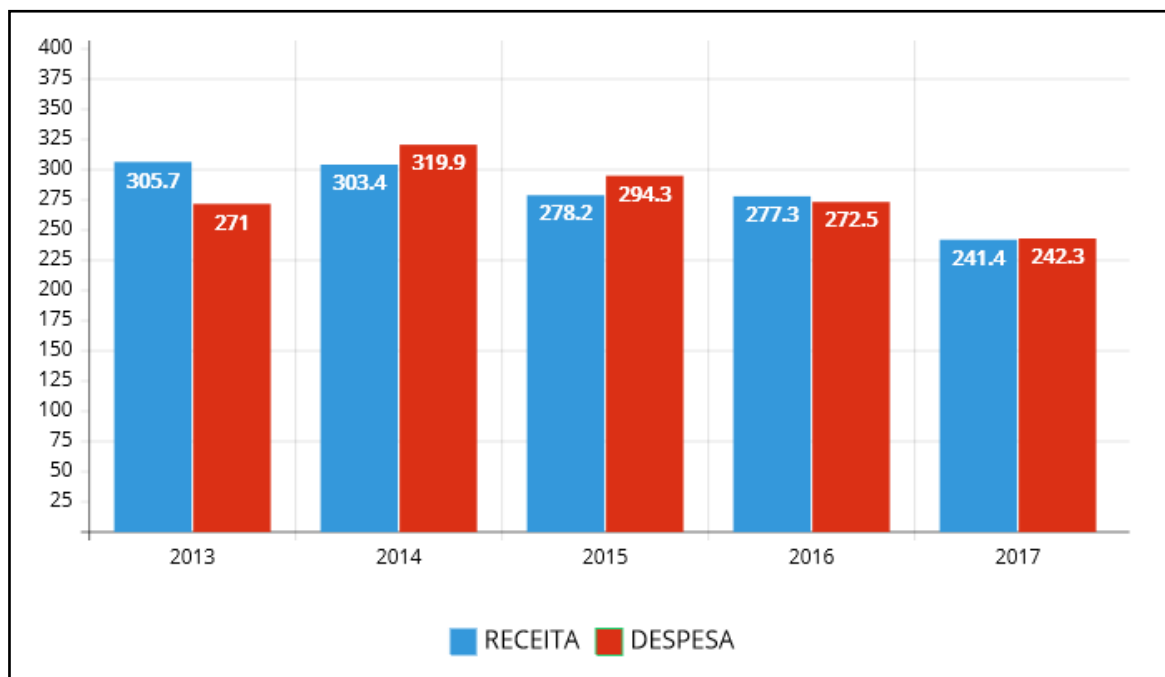


Gráfico 3: Comparação da Receita X Despesa de 2013 a 2017 (em milhões)

Fonte: Dados de Pesquisa, Prefeitura Municipal de Mariana (2018)

Segundo a Secretaria de Planejamento e Gestão, e o portal de transparência do município a arrecadação, em 2013, girava em torno de R\$ 305,7 milhões, em 2014, R\$ 303,4 milhões, em 2015, R\$ 278,2 milhões, em 2016, R\$ 277,3 milhões, em 2017, R\$ 241,4 milhões, e, em 2018, está orçado um valor de R\$ 257 milhões. Ou seja, chegando em 2017 com uma queda de aproximadamente 20% do valor arrecadado se comparado a 2013. E se for levado em conta o valor orçado para o ano de 2018 próximo a R\$ 257 milhões, existirá uma queda de aproximadamente 16% no valor arrecadado em comparação ao ano de 2013.

Fazendo uma média mensal das arrecadações, no ano de 2013 a média para os doze meses do ano era uma receita de R\$ 25,4 milhões. Para uma queda de aproximadamente 21% na receita média no ano de 2017, alcançando os R\$ 20,1 milhões mensais, queda esta que impacta diretamente nas contas públicas do município. Segundo Anderson Lopes Coelho Stoppa, assessor técnico em planejamento e execução orçamentária do município de Mariana, à arrecadação já dava sinais de queda desde o início do ano de 2015, mas se intensificando em 2016, após a queda da Barragem de Fundão e a paralisação da Samarco, projetando-se uma queda ainda maior nos meses e anos seguintes.

Nota-se, nos últimos, anos que as despesas em sua maioria foram maiores que as receitas, salvo os anos de 2013 e 2016 onde as receitas foram maiores. Segundo a Prefeitura Municipal de Mariana, o valor das despesas foi: em 2013, de R\$ 271 milhões, em 2014, de R\$ 319,9 milhões, em 2015, de R\$ 294,3 milhões, em 2016, de R\$ 272,5 milhões, em 2017, de R\$ 242,3 milhões, chegando perto ou superando os valores arrecadados. Comparando o valor das receitas com o valor das despesas temos: em 2013, um superávit de R\$ 34,7 milhões. Em 2014, um déficit de R\$ 16,5 milhões. Em 2015, um déficit de R\$ 16 milhões. Em 2016, um superávit de R\$ 4,8 milhões. E em 2017, um déficit de R\$ aproximado de R\$ 1 milhão. A partir disso, a Prefeitura de Mariana tem o desafio de continuar cada vez mais conter os gastos públicos, para que o valor das despesas possa se equilibrar com as receitas municipais. Segundo Heilio Kohama (2010):

Constituem despesa pública os gastos fixados na lei orçamentária ou em leis especiais e destinados à execução dos serviços públicos e dos aumentos patrimoniais; à satisfação dos compromissos da dívida pública; ou ainda à restituição ou pagamento de importâncias recebidas a título de cauções, depósitos, consignações etc. (KOHAMA, 2010, p. 87).

Segundo a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão da cidade de Mariana, as despesas do município se dividem em: despesas fixas, despesas variáveis diversas, despesa fixa/variável, e, investimentos.

Segundo a Prefeitura Municipal de Mariana as despesas fixas são aquelas que mantêm seus valores mensalmente e raramente sofrem alterações. As despesas fixas médias no ano de 2017 foram:

<i>DESPESA FIXA MENSAL</i>	<i>VALOR</i>	<i>DESPESA FIXA MENSAL</i>	<i>VALOR</i>
Folha de pagamento	R\$ 10.520.000,00	Softwares de Gestão Pública	R\$ 63.000,00
Repasse ao SAAE	R\$ 1.070.000,00	Repasse Financeiro para Hospital	R\$ 520.000,00
Repasse a Câmara Municipal	R\$ 1.130.000,00	Provisão 13º	R\$ 600.000,00
PASEP	R\$ 250.000,00	Férias Professor paga em Dez/2017	R\$ 300.000,00
Internet e Telefonia	R\$ 63.000,00	Auxílio Moradia	R\$ 53.000,00
Aluguéis	R\$ 138.000,00	Auxílio Estudantil	R\$ 11.000,00
Consórcio (Coleta de Resíduos Hospitalar e Iluminação Pública)	R\$ 52.000,00	Programa Renda Mínima	R\$ 190.000,00
Consórcio CIAS (Consórcio Interm. Assistência em Saúde)	R\$ 18.000,00	Canil	R\$ 24.000,00
Subvenções	R\$ 25.000,00		
TOTAL			R\$ 15.027.000,00

Quadro 2: Despesas Fixas Mensais da Cidade de Mariana

Fonte: Dados de Pesquisa, Prefeitura Municipal de Mariana (2018)

Em 2017, a média das despesas fixas totalizou R\$ 15.027.000,00 (Quinze milhões e vinte e sete mil reais), sendo a folha de pagamento a maior delas, representando 70% das despesas fixas, justificando assim o corte de pessoal que vinha sendo ocorrido.

As despesas variáveis diversas são aquelas despesas que podem ou não ocorrer em um determinado mês, ou seja, não tem continuidade de demanda da mesma (Prefeitura Municipal de Mariana, 2018). As despesas variáveis diversas médias em 2017 foram: Eventos e festividades tradicionais, eventos institucionais, material de limpeza, material de escritório, outras manutenções da saúde e educação, transferência de contribuições a entidades filantrópicas, materiais gráficos, publicações de atos administrativos, repasses de convênios com policiamento, promoção esportiva com troféus e medalhas, material esportivo, equipamentos e materiais permanentes, capacitação de servidores, dentre outros. Que totalizam uma média mensal de R\$ 810.000,00 (Oitocentos e dez mil reais).

As despesas fixas/variáveis são aquelas que podem sofrer alteração, mas que não tem como evitá-la ou mesmo reduzi-la consideravelmente (Prefeitura Municipal de Mariana, 2018). As despesas fixas/variáveis médias em 2017 foram:

<i>DESPESA FIXA/VARIÁVEL</i>	<i>VALOR</i>
Coleta de Lixo	R\$ 540.000,00
Medicamentos e Laboratórios	R\$ 290.000,00
Energia	R\$ 180.000,00
Outros Gastos em Saúde (Exames, Ambulância, Peças e Manutenção e Combustível, Gráfica, Alimentação, Lavanderia, Material de Limpeza, Telefonias, Outros)	R\$ 290.000,00
Programa Bolsa Atleta e Cestas Básicas	R\$ 80.000,00
Vale Transporte	R\$ 180.000,00
Equipamento e Material Médico, Odonto e Hospitalar	R\$ 55.000,00
Cirurgias Eletivas e Urgentes, Dietas e Fraudas	R\$ 126.000,00
Merenda Escolar	R\$ 190.000,00
Cooperativa de Transporte	R\$ 1.500.000,00
Manutenções Diversas na Cidade (Passeios, Corte e Podas de Árvores, Manut. De Vias Públicas, Pequenas Manutenções e Reparos em Prédios Públicos, Expansão da Iluminação Urbana Rural)	R\$ 350.000,00
Outros Gastos Fixos/Variáveis (Combustível, Mídias Diversas, Programa Menos Aprendiz, Estagiários, Alimentação, etc.)	R\$ 255.000,00
Programa de Auxílio Habitacional	R\$ 200.000,00
TOTAL	R\$ 4.236.000,00

Quadro 3: Despesa Fixa Variável da Cidade de Mariana

Fonte: Dados de Pesquisa, Prefeitura Municipal de Mariana (2018)

As despesas fixas/variáveis totalizaram uma média de R\$ 4.236.000,00 (Quatro milhões duzentos e trinta e seis mil reais). Sendo a cooperativa de transporte a maior, representando 35% das despesas fixas/variáveis.

A última despesa é aquela realizada em investimentos, como obras e instalações diversas que totalizam um valor médio de R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais). Diversas obras estavam em andamento, algumas foram canceladas e suspensas devido á crise, sendo aquelas em estágio final as únicas que não seriam suspensas.

As despesas então tiveram uma média mensal de aproximadamente R\$ 20 milhões no ano de 2017, para também uma receita de aproximadamente R\$ 20 milhões no mesmo ano. O gráfico 4, representa bem o atual cenário econômico do município, onde se tem um grande desafio em administrar uma receita cada vez menor nos últimos anos, conseguindo também uma redução nas despesas, mas ainda sim muitas vezes as receitas não superam as despesas, gerando um déficit mensal em alguns meses nas contas públicas da cidade.

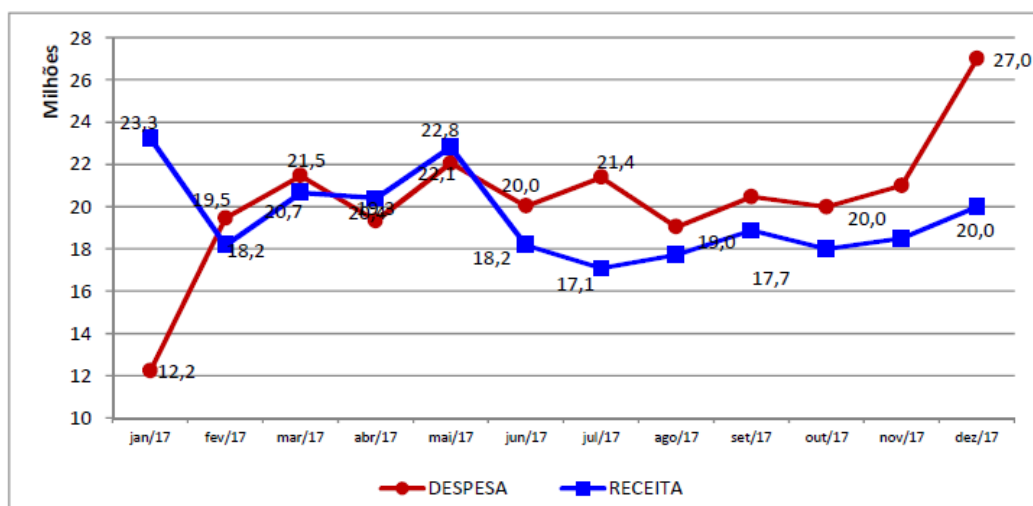


Gráfico 4: Comparação da Receita X Despesa Mensal em 2017

Fonte: Dados de Pesquisa, Prefeitura Municipal de Mariana (2018)

4.2 Planos e Medidas Para Contornar a Queda Nas Arrecadações Municipais

Devido, este cenário socioeconômico vivido pela cidade de Mariana, desde a queda da Barragem de Fundão em 2015, convivendo desde então, com altos índices de desemprego, e com uma grande queda nos valores arrecadados de impostos advindos da atividade extrativista mineral, tornando-se assim um desafio equilibrar as despesas com as receitas, a cidade de Mariana adotou, está adotando, e irá adotar medidas para contornar a crise vivida pelo município, e conviver com esta nova realidade econômica. Para entender quais medidas são essas, foram feitas entrevistas com o prefeito, o vice-prefeito e o secretário de administração e desenvolvimento econômico da cidade de Mariana.

Segundo o vice-prefeito, Newton Geraldo Xavier Godoy: “a lama não passou pela cidade, mas de todas as cidades afetadas pela ruptura da barragem, Mariana foi quem ficou com a maior sequela”. Segundo ele, isso se devendo a queda da receita que antes girava em torno dos R\$ 30 milhões mensais, para os agora R\$ 16 milhões arrecadados. E também com a grande gama de desempregados na cidade, que aumentou ainda mais devido ao desastre.

Uma das medidas adotadas pela Prefeitura Municipal de Mariana foi à redução no quadro de funcionários. Segundo o prefeito Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior “a redução no quadro de funcionários foi necessária para a prefeitura se adequar a nova realidade”. Foram dispensados cerca de duzentos funcionários neste período, entre nomeados (cerca de 140 despensas) e contratados (cerca de 60 despensas). Ainda segundo o prefeito, antes da paralisação da Samarco, a prefeitura gastava em torno de 44% das despesas somente com a

folha de pagamento. Quando a receita começa a cair a partir de 2015, conseqüentemente a porcentagem gasta com esta despesa aumenta. Antes a folha de pagamento girava em torno de R\$ 12 milhões, e hoje com as demissões realizadas está em R\$ 10 milhões, uma redução de 20%. A partir disso, foi tomada esta medida de redução de quadro. Além da redução de quadro, foram também feitos cortes de horas extras, e corte de 50% no salário dos nomeados, reduzindo assim também despesas com folha de pagamento.

Vele ressaltar, que esta redução de quadro aconteceu em áreas não prioritárias para o município. Entendem-se, como prioritárias, as áreas de saúde, educação, segurança pública e assistência social. Áreas estas, que mantiveram seus investimentos próximos ao período anterior a 2015, e que tiveram, uma maior procura pela população, devido o aumento de desempregados na cidade. A saúde foi a área onde a procura aumentou mais, cerca de 23%, onde parte da população perdeu seus planos de saúde, recorrendo assim ao setor público. A procura por assistência social também aumentou, cerca de 18%, como por exemplo, pedidos de aluguel social e cestas básicas.

Outra medida implementada, é à austeridade nos gastos, ou seja, um controle muito maior do que a Prefeitura gasta, como por exemplo, em combustível, material de escritório, e peças de veículos. Para isso foi criada uma Comissão de Crise Econômica, envolvendo representantes de várias secretarias, além de um trabalho intenso por parte das próprias secretarias na contenção de custos.

A busca de recursos financeiros também é uma das medidas para a sustentabilidade econômica do município, segundo o vice-prefeito, devido a um esforço por parte da Prefeitura Municipal de Mariana, foram conseguidos junto ao Comitê Interfederativo (CIF), que é uma entidade que autoriza os gastos por parte da Fundação Renova, nas medidas de recuperação nos danos resultantes do rompimento da Barragem de Fundão, setenta e dois milhões de reais, que irão ser aplicados em obras de saneamento básico. E também um empréstimo de quinze milhões de reais junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), que foi concedido às cidades afetadas pelo rompimento da barragem da Samarco, que serão investidos em obras públicas que estavam paralisadas devido à falta de recursos, sendo a não contratação de obras também uma medida adotada pelo município. Obras como a UPA e a UBS no bairro Rosário, o campo de futebol no bairro Cabanas, estão sendo retomadas, graças a estes recursos.

Segundo, o secretário de administração e desenvolvimento econômico de Mariana, Júlio Cesar Vasconcelos, novas medidas vão e estão sendo tomadas a curto, médio e longo prazo, para a contenção de gastos, e a obtenção de novas receitas. Como, por exemplo, a implantação da CI eletrônica no início deste ano. A comunicação interna (CI), é um tipo de documento, que as secretarias municipais de Mariana utilizam para avisos, protocolos de documentos e notas fiscais, pedidos financeiros, etc. Este tipo de documento gera uma grande quantidade de papel impresso, devido o volume de comunicação que deve existir entre as secretarias, gerando também gastos com impressoras e tinta para a impressão dos mesmos. O deslocamento também é um gasto colateral deste documento, pois muitas secretarias estão distantes da Prefeitura, acarretando assim custos com veículos, combustível e o tempo que o funcionário leva para a entrega do documento. E a CI, sendo feita eletronicamente acaba com estes gastos, reduzindo assim parte dos custos referentes à comunicação interna. Para isso foi feito um investimento de R\$2.486,00 junto à empresa Maxterix para a implantação, além de uma mensalidade de R\$845,00 para a utilização do software.

Outra medida, defendida pelo secretário de administração, é o investimento na capacitação do funcionário público. Segundo ele, “não tem como o serviço público oferecer um serviço de qualidade, se as pessoas não forem capacitadas para isso”. Além da capacitação do funcionário, também estão sendo realizados, pelo próprio secretário, e pelos demais componentes da secretaria de administração e desenvolvimento econômico, treinamentos sobre ética no trabalho e conscientização, em todas as secretarias municipais de Mariana. Tendo como objetivo a conscientização, por parte dos funcionários, de uma melhor utilização dos recursos públicos, reduzindo assim os gastos nas secretarias.

Ferramentas de gestão da qualidade, também estão sendo implementadas, como por exemplo, a utilização da ferramenta 5W2H, que será utilizada para identificar pontos onde as secretarias municipais podem melhorar, reduzindo assim custos e desperdícios. Estipulando assim metas para a realização das mesmas.

No que se refere à busca de parceiros, a Prefeitura de Mariana busca junto com a Agência de Desenvolvimento de Ouro Preto (ADOP), para que a mesma assuma a administração do centro de convenções da cidade, atraindo assim mais congressos e eventos para o local, trazendo assim um maior retorno financeiro, tornando-se assim sustentável.

Uma das medidas a médio e longo prazo, defendidas pelo secretário de administração é a diversificação da economia de Mariana, que até hoje se restringe às atividades mineradoras. Segundo ele, isso já deveria ter acontecido décadas antes, e por isso não ter ocorrido, a cidade se tornou refém da mineração. Para isso, já existe um projeto, e busca por parceiros e investidores, para a criação de um polo industrial na cidade, em um local que já está ambientalmente licenciado, próximo à antiga mina Del Rey, nos arredores do município. O polo industrial será um espaço adequado, e com infraestrutura, para que, não só o empresário marianense, mas empresários de outras localidades, possam movimentar e investir em seu próprio negócio. Segundo ele “incitar a veia empreendedora do município” é essencial para o desenvolvimento econômico da cidade.

Mas para o secretário, a medida mais importante seria a de potencializar o turismo na cidade. Mariana, assim como as cidades de Ouro Preto e Tiradentes, possui uma grande riqueza cultural, arquitetônica e artística, mas diferente delas, na cidade de Mariana a atividade turística não é bem explorada. Segundo ele, isso vem mudando ao poucos, graças ao bom trabalho realizado pela secretaria de cultura, turismo e desporto, que vem resgatando cada vez mais a vocação turística da cidade. Com isso a cidade vem realizando eventos que vem atraindo cada vez mais visitantes para o município. Dentre esses eventos, temos a banda na praça, que traz todos os domingos bandas de diversas regiões, festa do lugar que são realizadas nos distritos da cidade, trazendo shows com artistas locais. O festival de inverno, a semana santa, e o carnaval, que todos os anos atraem mais turistas para Mariana. A cidade também tem realizado Iron Biker e a Maratona Internacional Estrada Real, que são os maiores eventos de mountain bike do país, trazendo diversos atletas e visitantes para o município.

Essas foram as principais medidas identificadas através das entrevistas, além é claro, da luta do município pela volta das operações da Samarco. Mas segundo o próprio secretário de administração, esta não é a medida mais importante, pois a cidade deve sim diversificar sua economia e potencializar o turismo que é a verdadeira vocação da cidade, conseguindo assim, se tornar independente da mineração. Este cenário atual provavelmente ocorreria daqui a trinta, quarenta ou cinquenta anos, pois o minério de ferro é um recurso finito, tendo a cidade de Mariana uma grande oportunidade de rever os seus conceitos no que se refere à geração de renda e recursos para o município e a população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo foi identificar como a máquina pública marianense vem se mantendo sustentável após a queda da Barragem de Fundão e a consequente paralisação da Samarco no ano de 2015. A partir do estudo, foi identificado que atual cenário socioeconômico do município de Mariana não é tão bom como no período anterior a 2015. As receitas caíram consideravelmente devido a paralisação da Samarco, pois a partir disso, a empresa deixa de contribuir com uma parcela importante dos impostos advindos da atividade industrial mineradora.

Com isso a prefeitura adotou algumas medidas para conter esta crise econômica, como a redução na folha de pagamento, a busca por recursos financeiros, a criação de um comitê de crise econômica para diminuir os custos nas secretarias, a busca por parceiros como a ADOP assumindo o centro de convenções da cidade, e a criação da CI eletrônica. Além é claro das medidas a médio e longo prazo, com a criação de um pólo industrial diversificando assim a economia da cidade. E potencializar o turismo na cidade, que é a verdadeira vocação do município.

Fica então, o desafio para a cidade de Mariana, onde as atividades extrativistas minerais são, e devem continuar sendo importantes. Mas o município deve procurar meios de diversificar sua economia, como a própria criação do polo industrial, e o investimento na veia turística da cidade. Conseguindo assim gerar mais receita, e empregos para o município, conseguindo se tornar independente economicamente da mineração.

O cenário econômico atual da máquina pública marianense não é tão bom, como nos anos anteriores, a queda nas receitas foram grandes, com isso existe um esforço constante dos líderes municipais em conter os gastos, tentando assim manter os serviços públicos, funcionando com qualidade. Mas em toda crise, existe a oportunidade de mudança, resta à cidade de Mariana aprender com os seus erros de décadas anteriores, e trabalhar para um futuro melhor.

6 REFERÊNCIAS

BARRETO, Maria Laura. **Mineração e Desenvolvimento Sustentável: Desafios para o Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2001. 215 p.

BETHEL, Leslie. **História da América Latina Vol. 2: América Latina Colonial**. 1 ed. São Paulo: Edusp - Editora da Universidade de São Paulo, 2012. 872 p.

CAMÊLO, Roque José De Oliveira. **16 de Julho o Dia de Minas**. 1 ed. Belo Horizonte: Lemi, 1991. 253 p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração Geral e Pública**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 609 p.

CUPERTINO, Sheila Arcanjo; FARONI, Walmer. O Fundo de Participação dos Municípios como Fonte de Financiamento dos Gastos Públicos nos Municípios Mineiros. **Anpad**, Rio de Janeiro, set. 2012. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_APB2613.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (DNPM). **Anuário Mineral Estadual Anos base 2010 a 2014 Minas gerais**. Disponível em: <<https://sistemas.dnpm.gov.br/SCM/site/admin/Default.aspx>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

FERREIRA, Thamires Rodrigues. Royalties minerais e capacidade de gestão em governos locais: um estudo em municípios mineradores de Minas Gerais. **FGV EAESP**, São Paulo, 201. Acesso em: 10 jan. 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. 1 ed. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2009. 120 p.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai. 1995.

IBAMA. **Desastre Ambiental**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/>>. Acesso em: 17 mai. 2018.

IBRAM, . A Indústria da Mineração Para o Desenvolvimento do Brasil e a Promoção da Qualidade de Vida do Brasileiro. **Instituto Brasileiro de Mineração**, Brasília, n. 1, p. 1-73, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00005649.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

IBRAM, . Informações e Análises da Economia Mineral Brasileira. **Instituto Brasileiro de Mineração**, Brasília, n. 7, p. 1-68, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00002806.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

IBRAM, . Panorama da Mineração em Minas Gerais. **Instituto Brasileiro de Mineração**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-281, dez. 2016. Disponível em: <<http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00006212.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

JÚNIOR, Paulo Graciano. Mariana - da Cidade Patrimônio a cidade partida. **UNESP - FCLAs - CEDAP**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 147-171, out. 2007. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/127>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública Teoria e Prática**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

368 p.

LANA, Zilda Maria De Oliveira. A Atividade Mineradora em Minas Gerais e em Ouro Preto: Impactos Socioambientais e Intervenções para a Sustentabilidade. **Sociedade e Território**, Natal, v. 27, n. 3, p. 45-59, dez. 2015.

LUKIC, Melina de Souza Rocha. TRIBUTOS EM ESPÉCIE. **Fundação Getúlio Vargas**, Rio de Janeiro, 201. undefined. Disponível em: <https://diretorio.fgv.br/sites/diretorio.fgv.br/files/u100/tributos_em_especie_2014-1.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MINAYO, Maria Cecília De Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 108 p.

NUNES, Magno Alex De Jesus; COSTA, Silviane Gasparino; SILVA, Rosiane Gomes Da. O Quadrilátero Ferrífero e o Norte de Minas Gerais: Análise da História e Importância Econômica. **Unimontes**, Montes Claros, n. 1, p. 1-16, dez. 2012. Disponível em: <http://unimontes.br/arquivos/2012/geografia_ixerg/eixo_politica_meio_ambiente/o_quadri_latero_ferri_fero_e_o_norte_de_minas_gerais_analise_da_historia_e_importancia_economica.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2018.

PLANALTO. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7990.htm>. Acesso em: 10 jan. 2018.

PREFEITURA DE MARIANANA. **Portal de transparência**. Disponível em: <<http://www.transparencia.mariana.mg.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA. **Prefeitura de Mariana de Mãos Dadas com a nossa gente**. Disponível em: <<http://www.mariana.mg.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

RODRIGUES, William Costa. Metodologia Científica. **FAETEC/IST Paracambi**, [Http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_8672aula_04_-_william_costa_-_metodologia_cientifica_pdf.pdf](http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_8672aula_04_-_william_costa_-_metodologia_cientifica_pdf.pdf), 200. Acesso em: 10 jan. 2018.

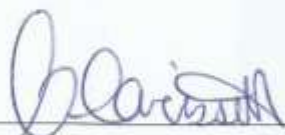
SAMARCO. **Barragens**. Disponível em: <<https://www.samarco.com/>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

SARAIVA, Carolina Machado; FERREIRA, Pamella Thaís Magalhães. A Lama da Samarco e o Crime Corporativo: uma reflexão necessária. **Administração Pública e Gestão Social**, Belo Horizonte, p. 75-83, jun. 2018. Disponível em: <<http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/1337/html#.WwsSdH9G3IU>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

STUMPF, Roberta Giannubilo. Minas Contada em Números - a capitania de Minas Gerais e as Fontes Demográficas (1776-1821). **R. bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, v. 34, n. 3, p. 529-548, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-30982017000300529&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 13 mar. 2018.

DECLARAÇÃO

Certifico que o trabalho de conclusão de curso intitulado **“SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DA MÁQUINA PÚBLICA MARIANENSE APÓS A PARALISAÇÃO DA SAMARCO EM 2015”**, de autoria do aluno **Marcy Josafá Lemos Júnior**, foi aprovado sem recomendações de alteração pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.



Professora DSc. Clarisse da Silva Vieira Camelo de Souza

Orientadora

Mariana, 11 de julho de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
DEPARTAMENTO DE CIENCIAS ADMINISTRATIVAS – DECAD



Eu autorizo o estudante de graduação Marcy Josafã Lemos Junior, do curso de administração da Universidade Federal de Ouro Preto, a citar a Prefeitura Municipal de Mariana no seu relatório de conclusão de curso (TCC). Como também as entrevistas realizadas com os funcionários, e demais dados referentes à Prefeitura.

A handwritten signature in blue ink, which appears to read "Newton Godoy", is written over a horizontal line. The signature is stylized and somewhat cursive.

Assinatura

Newton Geraldo Xavier Godoy
Vice-Prefeito de Mariana

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
DEPARTAMENTO DE CIENCIAS ADMINISTRATIVAS – DECAD



Eu autorizo o estudante de graduação Marcy Josafá Lemos Junior, do curso de administração da Universidade Federal de Ouro Preto, a utilizar a entrevista realizada, no seu relatório de conclusão de curso (TCC).

A handwritten signature in blue ink, which appears to read 'Newton Godoy', is written over a horizontal line. The signature is stylized and includes a flourish at the end.

Assinatura

Newton Geraldo Xavier Godoy
Vice-Prefeito de Mariana

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
DEPARTAMENTO DE CIENCIAS ADMINISTRATIVAS – DECAD



Eu autorizo o estudante de graduação Marcy Josafá Lemos Junior, do curso de administração da Universidade Federal de Ouro Preto, a utilizar a entrevista realizada, no seu relatório de conclusão de curso (TCC).

A handwritten signature in blue ink is positioned above a horizontal line. The signature is stylized and appears to read 'Júlio Cesar Vasconcelos'.

Assinatura

Júlio Cesar Vasconcelos
Secretário de Administração e Desenvolvimento Econômico
de Mariana

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
DEPARTAMENTO DE CIENCIAS ADMINISTRATIVAS – DECAD



UFOP

Eu autorizo o estudante de graduação MarcyJosafã Lemos Junior, do curso de administração da Universidade Federal de Ouro Preto, citar minha entrevista em seu trabalho de conclusão de curso (TCC).


Assinatura

Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior
Prefeito de Mariana